

São Francisco  
Odontologia Ltda.

**Demonstrações financeiras individuais  
em 31 de dezembro de 2020**

# Conteúdo

|   |           |
|---|-----------|
| <b>Relatório da administração</b>   | <b>3</b>  |
| <b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais</b> | <b>5</b>  |
| <b>Balancos patrimoniais</b>  | <b>8</b>  |
| <b>Demonstrações dos resultados</b>   | <b>9</b>  |
| <b>Demonstrações dos resultados abrangentes</b>   | <b>10</b> |
| <b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>                                     | <b>11</b> |
| <b>Demonstrações dos fluxos de caixa pelo método direto</b>                                 | <b>12</b> |
| <b>Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais</b>                          | <b>13</b> |

## **Relatório da Administração – São Francisco Odontologia Ltda.**

Estamos imensamente gratos por, nestes tempos desafiadores, termos sido capazes de fornecer aos nossos beneficiários, espalhados nas cinco regiões do Brasil, todo o acolhimento e cuidado que precisaram para atravessar a pandemia em um período de grande incerteza, ao mesmo tempo em que continuamos a construir nosso negócio. O ano de 2020 foi extremamente difícil, com perdas irreparáveis para muitas famílias. Agradecemos aos milhões de brasileiros que confiam no nosso trabalho para receberem seus cuidados médicos e odontológicos.

Ao longo de 2020 a São Francisco Odontologia Ltda. se consolida como uma das principais operadoras de planos odontológicos do Brasil, pertencendo a um dos mais importantes grupos empresariais do mercado nacional de saúde que é o Grupo Hapvida. Com sede em Ribeirão Preto (SP), a Operadora possui planos customizáveis para empresas e pessoas físicas e jurídicas de todo o Brasil, sendo opção certa para quem deseja manter a saúde bucal e o sorriso com o melhor custo-benefício. A cultura da Operadora valoriza a excelência operacional, o controle de custos, a inovação e, sobretudo, a qualidade assistencial.

Somos uma operadora com experiência em oferecer o melhor tratamento odontológico através de novas tecnologias, ampla rede credenciada e de um trabalho preventivo sério e de qualidade. Seu principal objetivo é oferecer a manutenção e prevenção da saúde bucal de seus clientes.

Atuando nos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal, a Operadora conta com mais de 8 mil dentistas credenciados para atender cerca de 1 milhão de beneficiários. Segundo a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

### **Capacidade Financeira**

A Operadora finaliza o ano de 2020 com R\$ 63,1 milhões em caixa sendo parte em disponível e parte em aplicações financeiras distribuído entre certificado de depósitos bancários e fundos de investimento de renda fixa. A Operadora possui ferramentas gerenciais de monitoramento do fluxo de caixa que suporta a tomada de decisões da administração e, através das quais, obtém a segurança necessária para garantir sua plena capacidade de manter a solidez na gestão do caixa, não havendo qualquer indicativo de alavancagem financeira que elevasse o nível de endividamento para o próximo exercício ou intenção de emissão de títulos de dívida patrimonial.

### **Performance do resultado, investimentos e perspectivas futuras**

Na comparação com o mesmo período do ano anterior, a contraprestação efetiva da Operadora cresceu 8,8% atingindo a marca de R\$ 136,1 milhões, apresentando crescimento bastante superior ao comportamento observado nos eventos indenizáveis líquidos que apresentaram uma redução de 13,2% quando comparado a 2019.

Desta forma, o resultado das operações de planos odontológicos apresentou um forte aumento em relação às contraprestações efetivas entre os dois exercícios, como consequência principalmente de: (i) aumento na eficiência operacional, por meio da implantação de protocolos e renegociações com parceiros na cadeia de suprimentos, inclusive prestadores credenciados, entre outras iniciativas; e (ii) redução dos eventos em 2020 decorrentes das medidas de restrição à circulação social impostas em função da pandemia de Covid-19.

As despesas comerciais apresentaram redução de representatividade em relação às contraprestações efetivas entre os períodos, bem como as despesas administrativas que diminuíram em função, principalmente, da ocorrência em 2019 de gastos que não se repetiram em 2020 relacionados ao programa de incentivos de executivos e que resultaram numa redução considerável nesta rubrica, em valor nominal e relativamente às contraprestações.

O lucro líquido da Operadora atingiu o patamar de R\$ 31,5 milhões com margem líquida de 23,2% em 2020, enquanto em 2019 ocorreu um lucro bem mais tímido resultante da elevação de despesas administrativas mencionadas no parágrafo anterior. Os resultados financeiros e patrimoniais líquidos não foram relevantes em nenhum dos exercícios

Considerando a retomada de bons resultados em 2020, mesmo com os enormes desafios impostos pelo cenário da pandemia, a administração segue bastante otimista em relação às oportunidades existentes dentro de seu planejamento estratégico, o qual vem sendo seguido com rigor e disciplina com o objetivo de manter boa performance financeira e operacional de forma equilibrada e sustentável.

### **Política de destinação de lucros**

A Operadora destina seus resultados com base no que consta disposto em seus documentos constitutivos, respeitando a legislação societária vigente e aplicável. Excepcionalmente no exercício de 2020, os sócios quotistas decidiram pela não retirada de lucros, optando pela destinação dos resultados integralmente para constituição de reservas de lucros.

### **Outros assuntos**

Não ocorreram em 2020 reorganizações societárias relevantes. O grupo econômico a quem pertence o controle da Operadora estuda a viabilidade de realizar em 2021 movimentações societárias envolvendo as operadoras de planos de saúde e odontológicos que estão sob seu controle, que serão previamente submetidas à aprovação da ANS, que objetivam a consolidação de todas as potenciais sinergias de integração operacional entre elas, em função da complementaridade geográfica e do alto grau de similaridade no modelo de negócio com que operam, tendo como propósito maior elevar ainda mais o nível de serviço entregue aos beneficiários.

### **Considerações finais**

A Operadora entende que a situação causada pela atual pandemia do coronavírus no Brasil e no Mundo requer especial atenção nos próximos meses.

A Operadora, e o Grupo Hapvida do qual ela faz parte, tem usado toda a experiência de gestão médico-hospitalar para minimizar possíveis impactos em suas operações e continuar cuidando dos clientes e colaboradores com o acolhimento de sempre. A vigilância e o monitoramento dos possíveis impactos do Covid-19 na economia brasileira serão contínuos e a Empresa atuará de forma proativa para mitigar os efeitos negativos causados pelo alastramento do vírus no país.

A administração da Operadora reitera que confia no seu modelo de negócio e está certa de que todas as conquistas de 2020 são frutos de um trabalho em conjunto de pessoas engajadas e inspiradas. A todos os colaboradores, prestadores médicos e odontológicos, parceiros de negócios, demais *stakeholders* e, principalmente, aos clientes que fizeram parte de cada uma dessas conquistas a administração agradece!

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais

## Cotistas e aos Administradores da São Francisco Odontologia Ltda Ribeirão Preto – SP

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da São Francisco Odontologia Ltda. (“Operadora”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Operadora em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais”. Somos independentes em relação à Operadora de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Outros assuntos – Valores Correspondentes

Os valores correspondentes, relativos ao balanço patrimonial de abertura em 1º de janeiro de 2020 (derivados das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019) e as demonstrações financeiras relativas às demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentados para fins de comparação, ora reapresentados em decorrência dos assuntos descritos na Nota Explicativa nº 2.5, foram auditados, por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em

30 de abril de 2020, sem qualquer modificação. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre os referidos ajustes e sobre as demonstrações financeiras da Operadora referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de assecuração sobre elas tomadas em conjunto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

#### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e o relatório dos auditores**

A Administração da Operadora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

#### **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Operadora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Operadora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

#### **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

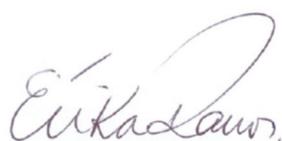
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Operadora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Operadora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de Março de 2021

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6



Erika Carvalho Ramos

Contadora CRC 1SP224130/O-0

**SAO FRANCISCO ODONTOLOGIA LTDA.**

**Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019**

*(Valores expressos em milhares de reais)*

|   | Nota explicativa | 31/12/2020    | 31/12/2019    |  | Nota explicativa | 31/12/2020    | 31/12/2019    |
|---|------------------|---------------|---------------|--|------------------|---------------|---------------|
| <b>ATIVO</b>  |                  |               |               | <b>PASSIVO</b>   |                  |               |               |
| <b>ATIVO CIRCULANTE</b>                                 |                  |               |               | <b>PASSIVO CIRCULANTE</b>  |                  |               |               |
| Disponível  | 21               | 466           | 702           | Provisões técnicas de operações de assistência à saúde                                       | 10               |               |               |
| <b>Realizável</b>                                       |                  |               |               | Provisão de prêmios / contraprestações   |                  | 1.925         | 1.595         |
| Aplicações financeiras                                  | 6                | 4.551         | 4.558         | Provisão de prêmio / contraprestação não ganha - PPCNG                                       |                  | 1.925         | 1.595         |
| Aplicações garantidoras de provisões técnicas           |                  | 56.774        | 28.587        | Provisão de eventos / sinistros a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais |                  | 631           | 59            |
| Aplicações livres                                       |                  | 61.325        | 33.145        | Provisão para eventos / sinistros ocorridos e não avisados (PEONA)                           |                  | 1.715         | 3.552         |
| Créditos de operações com planos de assistência à saúde |                  |               |               |  |                  | 4.271         | 5.206         |
| Contraprestações pecuniárias a receber                  | 7                | 4.560         | 5.184         | Débitos de operações de assistência à saúde  |                  | 217           | 596           |
| Outros créditos com operações de assistência à saúde    |                  | -             | 169           | Tributos e encargos sociais a recolher   |                  | 1.490         | 3.794         |
|   |                  | 4.560         | 5.353         | Débitos diversos   | 11               | 1.764         | 5.114         |
| Créditos tributários e previdenciários                  |                  | 2.330         | 2.552         | Total do passivo circulante  |                  | 7.742         | 14.710        |
| Bens e títulos a receber                                |                  | 183           | 110           | <b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>  |                  |               |               |
|   |                  | 2.513         | 2.662         | Provisões  |                  |               |               |
| Total do ativo circulante                               |                  | 68.864        | 41.862        | Provisões para ações judiciais   | 13               | 3.232         | 3.024         |
| <b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>                             |                  |               |               |  |                  | 3.232         | 3.024         |
| <b>Realizável a longo prazo</b>                         |                  |               |               | Débitos diversos   | 11               | 2.937         | 5.131         |
| Aplicações financeiras                                  |                  |               |               | Total do passivo não circulante  |                  | 6.169         | 8.155         |
| Aplicações livres                                       | 6                | 1.390         | -             | <b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>  | 14               |               |               |
|   |                  | 1.390         | -             | Capital social   |                  | 41.983        | 38.983        |
| Ativo fiscal diferido                                   | 20               | 2.684         | 3.009         | Reservas de lucros   |                  | 37.749        | 6.227         |
| Depósitos judiciais e fiscais                           | 13               | 2.028         | 2.002         |  |                  | 79.732        | 45.210        |
|   |                  | 4.712         | 5.011         |  |                  |               |               |
| <b>Investimentos</b>                                    |                  | 1.772         | 2.030         |  |                  |               |               |
| <b>Imobilizado</b>                                      |                  | 398           | 521           |  |                  |               |               |
| <b>Intangível</b>                                       | 8                | 16.507        | 18.651        |  |                  |               |               |
| Total do ativo não circulante                           |                  | 24.779        | 26.213        |  |                  |               |               |
| <b>TOTAL DO ATIVO</b>                                   |                  | <b>93.643</b> | <b>68.075</b> | <b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>  |                  | <b>93.643</b> | <b>68.075</b> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

## SAO FRANCISCO ODONTOLOGIA LTDA.

### Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

|   | Nota explicativa | 31/12/2020 | 31/12/2019<br>Reapresentado |
|---|------------------|------------|-----------------------------|
| <b>Contraprestações efetivas</b>  | 15               | 136.124    | 125.075                     |
| Receitas com operações de assistência a saúde   |                  | 142.633    | 130.502                     |
| Contraprestações líquidas   |                  | 142.633    | 130.502                     |
| (-) Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora                      |                  | (6.509)    | (5.427)                     |
| <b>Eventos indenizáveis líquidos</b>  | 16               | (51.225)   | (58.893)                    |
| Eventos conhecidos ou avisados  |                  | (53.062)   | (59.593)                    |
| Variação da provisão de eventos ocorridos e não avisados  |                  | 1.837      | 700                         |
| <b>RESULTADO DAS OPERAÇÕES DE PLANOS DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE</b>                                       |                  | 84.899     | 66.182                      |
| Outras receitas operacionais de planos de assistência à saúde   |                  | 33         | 38                          |
| Receitas de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora                     | 17               | 10.656     | 9.217                       |
| Receitas com operações de assistência médico-hospitalar   |                  | 10.656     | 9.217                       |
|   |                  |            | -                           |
| Outras despesas operacionais com planos de assistência a saúde  |                  | (4.381)    | (6.066)                     |
| Outras despesas operacionais com plano de assistência à saúde   |                  | (239)      | (482)                       |
| Provisão para perdas sobre créditos   |                  | (4.142)    | (5.584)                     |
| Outras despesas operacionais de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora | 17               | (7.473)    | (2.913)                     |
| <b>RESULTADO BRUTO</b>  |                  | 83.734     | 66.458                      |
| Despesas de comercialização   | 18               | (19.114)   | (23.502)                    |
| Despesas administrativas  | 19               | (15.914)   | (39.036)                    |
| <b>Resultado financeiro líquido</b>   |                  |            |                             |
| Receitas financeiras  |                  | 1.775      | 2.116                       |
| Despesas financeiras  |                  | (1.937)    | (1.620)                     |
|   |                  | (162)      | 496                         |
| <b>Resultado patrimonial</b>  |                  |            |                             |
| Receitas patrimoniais   |                  | 119        | -                           |
| Despesas patrimoniais   |                  | (358)      | (740)                       |
|   |                  | (239)      | (740)                       |
| <b>RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES</b>   |                  | 48.305     | 3.676                       |
| Imposto de renda  | 20               | (12.056)   | (1.348)                     |
| Contribuição social   | 20               | (4.402)    | (506)                       |
| Impostos diferidos  | 20               | (325)      | 1.270                       |
| <b>RESULTADO LÍQUIDO</b>  |                  | 31.522     | 3.092                       |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

## **SAO FRANCISCO ODONTOLOGIA LTDA.**

### **Demonstrações dos resultados abrangentes**

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019**

*(Valores expressos em milhares de reais)*

|   | <u>31/12/2020</u>    | <u>31/12/2019</u>   |
|---|----------------------|---------------------|
| Resultado líquido do exercício          | <u>31.522</u>        | <u>3.092</u>        |
| Outros resultados abrangentes           | <u>-</u>             | <u>-</u>            |
| Resultado abrangente total do exercício | <u><u>31.522</u></u> | <u><u>3.092</u></u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

## SAO FRANCISCO ODONTOLOGIA LTDA.

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(valores expressos em milhares de reais)

|   | <u>Nota<br/>explicativa</u> | <u>Capital<br/>social</u> | <u>Reservas<br/>de lucros</u> | <u>Total</u>  |
|---|-----------------------------|---------------------------|-------------------------------|---------------|
| <b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018</b>                           |                             | <b>16.674</b>             | <b>8.693</b>                  | <b>25.367</b> |
| Aumento de capital social com lucros e reservas e em espécie      |                             | 22.309                    | -                             | 22.309        |
| Lucro líquido do exercício  |                             | -                         | 3.092                         | 3.092         |
| Proposta da destinação do lucro / superávit                       |                             |                           |                               |               |
| Distribuição de lucros de exercícios anteriores R\$ 0,25 por cota |                             | -                         | (4.177)                       | (4.177)       |
| Juros sobre o capital próprio R\$ 0,06 por cota                   |                             | -                         | (1.381)                       | (1.381)       |
| <b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019</b>                           |                             | <b>38.983</b>             | <b>6.227</b>                  | <b>45.210</b> |
|   |                             |                           |                               | -             |
| Aumento de capital social com lucros e reservas e em espécie      | 14                          | 3.000                     | -                             | 3.000         |
| Lucro líquido do exercício R\$ 0,75 por cota                      | 14                          | -                         | 31.522                        | <b>31.522</b> |
| <b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020</b>                           |                             | <b>41.983</b>             | <b>37.749</b>                 | <b>79.732</b> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

## SAO FRANCISCO ODONTOLOGIA LTDA.

### Demonstrações dos fluxos de caixa pelo método direto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(valores expressos em milhares de reais)

|  | <u>31/12/2020</u>    | <u>31/12/2019</u>   |
|--|----------------------|---------------------|
|  |                      | Reapresentado       |
| <b>Atividades operacionais</b>                                 |                      |                     |
| Recebimentos de plano saúde (+)                                | 142.247              | 142.700             |
| Resgate de aplicações financeiras (+)                          | 96.517               | 101.527             |
| Outros recebimentos operacionais (+)                           | 8.204                | 6.751               |
| Pagamentos a fornecedores/prestadores de serviço de saúde (-)  | (53.373)             | (62.108)            |
| Pagamentos de comissões (-)                                    | (23.248)             | (27.831)            |
| Pagamentos de pessoal (-)                                      | (8.508)              | (23.394)            |
| Pagamentos de pró-labore (-)                                   | -                    | (128)               |
| Pagamentos de serviços terceiros (-)                           | (590)                | (1.274)             |
| Pagamentos de tributos (-)                                     | (29.805)             | (18.176)            |
| Pagamentos de aluguel (-)                                      | (104)                | (213)               |
| Pagamentos de promoção/publicidade (-)                         | (110)                | (26)                |
| Aplicações financeiras (-)                                     | (125.305)            | (104.203)           |
| Outros pagamentos operacionais (-)                             | (4.960)              | (6.552)             |
| Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais | <u>964</u>           | <u>7.073</u>        |
| <b>Atividades de investimentos</b>                             |                      |                     |
| Pagamentos de aquisição de participação em outras empresas (-) | (1.200)              | (24.573)            |
| Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos         | <u>(1.200)</u>       | <u>(24.573)</u>     |
| <b>Atividades de financiamento</b>                             |                      |                     |
| Integralização capital em dinheiro (+)                         | -                    | 22.309              |
| Pagamento de participação nos resultados (-)                   | -                    | (4.177)             |
| Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos        | <u>-</u>             | <u>18.132</u>       |
| <b>Variação líquida do caixa</b>                               | <b><u>(236)</u></b>  | <b><u>632</u></b>   |
| Caixa - Saldo inicial  | 702                  | 70                  |
| Caixa - Saldo final  | <u>466</u>           | <u>702</u>          |
|  | <b>(236)</b>         | <b>632</b>          |
| <br>   |                      |                     |
| Ativos livres no início do período                             | 29.289               | 21.665              |
| Ativos livres no final do período                              | <u>58.630</u>        | <u>29.289</u>       |
| <b>Aumento dos ativos livres</b>                               | <b><u>29.341</u></b> | <b><u>7.624</u></b> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

# Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais

*(Valores expressos em milhares de Reais)*

## 1 Contexto operacional

A São Francisco Odontologia Ltda. (“Operadora” ou “São Francisco Odontologia”), foi constituída em 1998 na cidade de Ribeirão Preto, no estado de São Paulo, através da idealização de um grupo de profissionais da área odontológica que tinham a preocupação em criar soluções corporativas para o tratamento da saúde bucal. A São Francisco Odontologia tem como objetivo a prestação de serviços odontológicos, de administração, assessoria e implantação de sistemas de operação exclusiva de planos privados de assistência à saúde no segmento odontológico e organização de cursos, palestras, seminários e outros eventos em sua área de atuação. Para atendimento aos usuários, os serviços são prestados em unidades próprias e por profissionais e clínicas conveniadas.

A Operadora atende às exigências da Lei n 9.656/98 e possui registro definitivo na Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS sob nº 36.531-9.

Em 1º de novembro de 2019, após o cumprimento de todas as condições precedentes previstas em contrato, a Operadora passou a ser subsidiária do Grupo Hapvida, por meio da empresa Ultrassom Serviços Médicos S.A., cujo controle pertence à Hapvida Participações e Investimentos S.A., Companhia holding domiciliada e com sede na Avenida Heráclito Graça, nº 406, na cidade de Fortaleza-CE, com registro de empresa de capital aberto.

A Hapvida Participações e Investimentos S.A. é controlada direta da holding PPAR Pinheiro Participações S.A.

## 2 Apresentação das demonstrações financeiras individuais e base de preparação

### 2.1 Declaração de conformidade

As presentes demonstrações financeiras individuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela ANS, as quais abrangem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis quando referendados pela ANS, inclusive as normas instituídas pela própria ANS. As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas seguindo os critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído pela Resolução Normativa nº 435/2018 e alterações subsequentes.

A Administração considera que a Operadora possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio de continuidade.

De acordo com o item 4 (a) do CPC 36 (R3), a Administração optou por não apresentar demonstrações financeiras consolidadas desta Operadora, por atender todos requerimentos da norma, que inclui a disponibilização das demonstrações financeiras consolidadas do acionista controlador indireto (Hapvida Participações e Investimentos S.A.), entidade domiciliada no

Brasil, que foram divulgadas em 18 de março de 2021, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Empresa em 31 de março de 2021.

## **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação**

Estas demonstrações financeiras individuais estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Operadora. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

## **2.3 Segregação entre circulante e não circulante**

A Operadora efetua a revisão dos valores registrados no ativo e no passivo circulante, a cada data de elaboração das demonstrações financeiras, com o objetivo de classificar para o não circulante aqueles cuja expectativa de realização ultrapassem o prazo de 12 meses subsequentes à respectiva data base. Ativos e/ou passivos de imposto de renda e contribuição social, diferidos, são classificados no Ativo ou Passivo Não Circulante.

## **2.4 Uso de estimativas e julgamentos**

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Operadora e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

### **(a) Julgamentos**

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota Explicativa nº 10 – Provisões técnicas de operações de assistência à saúde; e
- Nota Explicativa nº 13 – Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas. Principais premissas para determinar o valor e a probabilidade da saída de recursos.

### **(b) Incertezas sobre premissas e estimativas**

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que são efetuadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2020 que possam resultar em um resultado real diferente do estimado estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota Explicativa nº 8 - Determinação da vida útil estimada dos ativos intangíveis, consequentemente, da taxa de amortização a ser utilizada nos cálculos e registros contábeis no resultado do período.
- Nota Explicativa nº 10 - Provisões técnicas de operações de assistência à saúde. Reconhecimento e mensuração de passivos relacionados aos custos assistenciais que ainda não foram informados pelos prestadores de serviços.
- Nota Explicativa nº 13 - Provisões para ações judiciais. Reconhecimento e mensuração de provisões: e premissas-chave para determinar o valor e a probabilidade da saída de recursos.
- Nota Explicativa nº 20 - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados.

**(i) Mensuração a valor justo**

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Operadora requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Operadora estabeleceu uma estrutura de controle para mensuração do valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo valores justos que são reportados diretamente ao CFO, que discute as estratégias para estabelecer a composição da carteira de investimentos no Comitê de Finanças e Mercado de Capitais.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas aplicáveis, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Operadora usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

O Grupo reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

## 2.5 Reapresentação das demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais de 31 de dezembro de 2019 foram originalmente aprovadas pela Administração e emitidas no dia 30 de abril de 2020 e estão sendo reapresentadas para refletir a conformidade da apresentação das referidas demonstrações financeiras, com as disposições do anexo correspondente ao capítulo III da Resolução Normativa - RN nº 435/2018 da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, que trata do modelo de publicação requerido pela ANS.

|   | Saldos<br>originalmente<br>apresentados<br>em<br>31/12/2019 | Ajustes | Saldos<br>Reapresentados de<br>31/12/2019 |
|---|---|---------|---|
| <b>Contraprestações efetivas</b>  | 134.330   | (9.255) | 125.075                                   |
| Receitas com operações de assistência a saúde                                 | 139.757   | (9.255) | 130.502                                   |
| Contraprestações líquidas   | 139.757   | (9.255) | (i) 130.502                               |
| Variação das provisões técnicas de operações de assistência à saúde           | -   | -       | -   |
| (-) Tributos diretos de oper. com planos de assist. à saúde da operadora      | (5.427)   | -       | (5.427)                                   |
| <b>Eventos indenizáveis líquidos</b>  | (58.893)  | -       | (58.893)                                  |
| Eventos conhecidos ou avisados  | (59.593)  | -       | (59.593)                                  |
| Variação da provisão de eventos ocorridos e não avisados                      | 700   | -       | 700                                       |
| <b>RESULTADO DAS OPERAÇÕES DE PLANOS DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE</b>               | 75.437  | (9.255) | 66.182                                    |
| Outras receitas operacionais de planos de assistência à saúde                 | -   | 38      | (i) 38                                    |
| Receitas de assist à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora  | -   | 9.217   | 9.217                                     |
| Receitas com operações de assistência médico-hospitalar                       | -   | 9.217   | (i) 9.217                                 |
| Outras despesas operacionais com planos de assistência a saúde                | (5.667)   | (399)   | (ii) (6.066)                              |
| Outras despesas operacionais com plano de assistência à saúde                 | -   | (482)   | (482)                                     |
| Provisão para perdas sobre créditos   | (5.667)   | 83      | (5.584)                                   |
| Outras desp. oper.de assis. saúde não relac. com planos de saúde da operadora | (994)   | (1.919) | (ii) (2.913)                              |
| <b>RESULTADO BRUTO</b>  | 68.776  | (2.318) | 66.458                                    |
| Despesas de comercialização   | (23.663)  | 161     | (ii) (23.502)                             |
| Despesas administrativas  | (40.410)  | 1.374   | (ii) (39.036)                             |
| <b>Resultado financeiro líquido</b>   |   |         |   |
| Receitas financeiras  | 2.116   | -       | 2.116                                     |
| Despesas financeiras  | (2.403)   | 783     | (ii) (1.620)                              |
|   | (287)   | 783     | 496                                       |
| <b>Resultado patrimonial</b>  |   |         |   |
| Receitas patrimoniais   | -   | -       | -   |
| Despesas patrimoniais   | (740)   | -       | (740)                                     |
|   | (740)   | -       | (740)                                     |
| <b>RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES</b>                           | 3.676   | -       | 3.676                                     |
| Imposto de renda  | (1.348)   | -       | (1.348)                                   |
| Contribuição social   | (506)   | -       | (506)                                     |
| Impostos diferidos  | 1.270   | -       | 1.270                                     |
| <b>RESULTADO LÍQUIDO</b>  | 3.092   | -       | 3.092                                     |

- (i) Os valores registrados nas rubricas contábeis “331 – Outras receitas operacionais de planos de assistência à Saúde” e “332 – Receitas de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora” foram originalmente apresentados na rubrica contábil “Contraprestações líquidas”, foram reclassificadas para “Outras receitas operacionais de planos de assistência à

saúde” e “Receitas de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora”, respectivamente.

- (ii) Determinados registros contábeis do grupo contábil “46 – Despesas Administrativas”, anteriormente classificados nas rubricas de “Outras despesas de operações de planos de assistência à saúde”, “Despesas de comercialização” e “Despesas financeiras” foram reclassificadas para a rubrica contábil de “Despesas administrativas”.

|  | Saldos<br>originalmente<br>apresentados em<br>31/12/2019 | Ajustes         | Saldos<br>reapresentados<br>em 31/12/2019 |
|--|--|-----------------|---|
| <b>Atividades operacionais</b>                                 |  |                 |   |
| Resgate de aplicações financeiras (+)                          | -  | 101.527 (iii)   | 101.527                                   |
| Aplicações financeiras (-)                                     | 2.665  | (106.868) (iii) | (104.203)                                 |
| Outros pagamentos operacionais (-)                             | (20.149)   | 13.597 (iv)     | (6.552)                                   |
| Outras movimentações de atividades operacionais                | 16.301   | -               | 16.301                                    |
| Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais             | (1.183)  | 8.256           | 7.073                                     |
| <b>Atividades de investimentos</b>                             |  |                 |   |
| Pagamentos de aquisição de participação em outras empresas (-) | (24.573)   | -               | (24.573)                                  |
| Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos         | (24.573)   | -               | (24.573)                                  |
| <b>Atividades de financiamento</b>                             |  |                 |   |
| Integralização capital em dinheiro (+)                         | 22.309   | -               | 22.309                                    |
| Pagamento de participação nos resultados (-)                   | (4.177)  | -               | (4.177)                                   |
| Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos        | 18.132   | -               | 18.132                                    |
| <b>Variação líquida do caixa</b>                               | <b>(7.624)</b>   | <b>8.256</b>    | <b>632</b>                                |
| Caixa - Saldo inicial  | 21.665   | (21.595) (iii)  | 70  |
| Caixa - Saldo final  | 29.289   | (28.587) (iii)  | 702                                       |
|  | 7.624  | (6.992)         | 632                                       |
| Ativos livres no início do período                             | 21.665   | -               | 21.665                                    |
| Ativos livres no final do período                              | 29.289   | -               | 29.289                                    |
| <b>Variação de caixa e equivalente de caixa</b>                | <b>7.624</b>   | <b>-</b>        | <b>7.624</b>                              |

- (iii) A demonstração originalmente apresentada não contemplava as movimentações de aplicações livres que estavam computadas juntamente com o saldo do caixa no cálculo da variação líquida do caixa no exercício. Desse modo, as rubricas de “aplicações financeiras e resgates das aplicações financeiras” estavam com informação incompleta e estão agora apresentadas com a totalidade das movimentações das respectivas naturezas.

- (iv) Foram indevidamente registrados valores na rubrica de “outros pagamentos operacionais” que afetaram o saldo final da variação líquida do caixa, invertendo a natureza da movimentação que era positiva e foi reportada como negativa. Desse modo, a correção foi aplicada e os efeitos dessa inversão do valor final foram desfeitos.

Os ajustes descritos nesta nota explicativa não produziram qualquer efeito sobre o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultados Abrangentes e a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

### **3 Base de mensuração**

As demonstrações financeiras individuais foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

### **4 Principais políticas contábeis**

A Operadora aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

#### **(a) Instrumentos financeiros**

##### *(i) Ativos financeiros*

A Operadora classifica os ativos financeiros não derivativos como empréstimos e recebíveis, ativos financeiros mantidos até o prazo de vencimento por meio do resultado e compreendem caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto e longo prazos, contas a receber e outros recebíveis.

##### *Reconhecimento inicial e desreconhecimento*

A Operadora reconhece os empréstimos e recebíveis na data em que foram originados. Todos os outros ativos são reconhecidos na data da negociação quando a Operadora se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

A Operadora desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Operadora transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

##### Mensuração

##### *Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado*

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

##### *Ativos financeiros mantidos até o vencimento*

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

##### *Empréstimos e recebíveis*

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

### *Disponível*

São classificadas como equivalentes de caixa as aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor se, e somente se, existirem indicativos reais de que serão destinados a atender a compromissos de caixa de curto prazo. Usualmente, o fluxo de caixa da Operadora movimenta os recursos diários originados na própria operação, não sendo necessário efetuar resgate de aplicações financeiras, as quais acabam sendo mantidas e destinadas a outros propósitos, que não a liquidação de obrigações corriqueiras.

### *Mensuração subsequente*

Os ativos financeiros são designados como valor justo por meio do resultado se a Operadora gerenciar esses investimentos e tomar decisões de compra e venda com base no seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de riscos. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e as alterações nele contidas são reconhecidas no resultado.

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. Esses ativos são mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva, menos as perdas por redução ao valor recuperável.

Investimentos mantidos até o vencimento são os que a Operadora possui a intenção e a capacidade de mantê-los até o vencimento. Os investimentos classificados nesta categoria são registrados pelo custo amortizado menos as perdas por redução ao valor recuperável, acrescidas dos juros obtidos, que influenciam o resultado do exercício.

### *Redução ao valor recuperável de ativos financeiros*

Com exceção dos ativos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado, os ativos financeiros são avaliados para determinar a existência de evidência de perda na data de elaboração das demonstrações financeiras individuais. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas apenas se houver evidência objetiva de que o valor tenha diminuído como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial, afetando os fluxos de caixa futuros estimados para esse ativo.

A perda estimada sobre créditos segue os critérios da ANS. Os planos individuais com preço preestabelecido, foram estimadas perdas para o saldo total dos contratos vencidos há mais de 60 dias. Para os demais contratos e créditos da Operadora, foi constituída perda estimada referente ao saldo total dos contratos vencidos há mais de 90 dias.

## *(ii) Passivos financeiros*

### *Reconhecimento inicial, desreconhecimento e mensuração*

Os passivos financeiros são classificados no reconhecimento inicial como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos na data de negociação quando a Operadora se torna parte da relação contratual do instrumento. Os passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e as alterações nele contidas, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidas no resultado. Outros passivos

financeiros são mensurados inicialmente pelo valor justo menos os custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos são mensurados ao custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os passivos financeiros da Operadora são classificados como contas a pagar e outras contas a pagar.

A Operadora desreconhece um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são finalizadas, canceladas ou expiram.

**(b) Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial**

Os investimentos da Operadora em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas e controladas.

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Operadora, direta ou indiretamente, tenha influência significativa. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Nas demonstrações financeiras individuais, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método.

**(c) Imobilizado**

**(i) Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são avaliados pelo custo histórico de aquisição ou construção, menos a depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (*impairment*).

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição do ativo.

O *software* adquirido que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos líquidos advindos da alienação e o valor contábil do item) são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

**(ii) Custos subsequentes**

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Operadora. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

**(iii) Depreciação**

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas dos itens significativos do ativo imobilizado são as seguintes:

|                             |         |
|-----------------------------|---------|
| Veículos                    | 5 anos  |
| Equipamentos de informática | 5 anos  |
| Máquinas e equipamentos     | 10 anos |
| Móveis e utensílios         | 10 anos |
| Instalações                 | 10 anos |

#### (d) Ativos intangíveis e ágio

Os ativos intangíveis que são adquiridos pela Operadora e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

O ágio reconhecido na rubrica de investimentos é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Para fins de teste de redução no valor recuperável, os saldos de ágio foram submetidos a teste de recuperabilidade em 31 de dezembro de 2020 por meio do fluxo de caixa descontado para cada unidade geradora de caixa (“UGC”), dando origem ao valor em uso.

Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente. Para a determinação do valor contábil de cada UGC, a Operadora considera não somente os intangíveis registrados, bem como todos os ativos tangíveis necessários para a condução dos negócios, pois é apenas por meio da utilização deste conjunto que a Operadora obterá geração de benefício econômico.

Conforme CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, o *goodwill* (ágio por expectativa de rentabilidade futura) não gera fluxos de caixa independentemente de outros ativos ou grupos de ativos e, frequentemente, contribui para os fluxos de caixa de múltiplas UGCs, devendo ser testado para *impairment* em nível que reflita a forma pela qual a entidade gerencia suas operações e com a qual o ágio estaria naturalmente associado.

Desta forma, a Operadora elaborou um teste de *impairment* considerando o histórico de combinações de negócios, objetivando sinergia de receita ao acessar novos mercados, potencializando a força de marketing e de venda de planos de saúde.

Sendo assim, a Companhia adotou as seguintes premissas no teste de *impairment*:

##### **Premissas**

|                                       |            |
|---------------------------------------|------------|
| Crescimento do volume (beneficiários) | 4,5% a.a.  |
| Taxa de desconto                      | 11,5% a.a. |
| Taxa de crescimento na perpetuidade   | 6% a.a.    |

De acordo com a análise de recuperabilidade elaborada pela administração, a Operadora concluiu que o valor em uso das UGC é superior ao seu respectivo valor contábil, indicando que não existe indícios de perda por redução ao valor recuperável.

As premissas adotadas nos testes de redução ao valor recuperável estão de acordo com as projeções internas para o período de cinco anos. Para o período após cinco anos aplica-se a extrapolação utilizando uma taxa de crescimento de perpetuidade. O fluxo de caixa descontado

que determinou o valor em uso das unidades geradoras de caixa foi preparado de acordo com o plano de negócios da Companhia.

A Operadora também considerou variáveis de mercado tais como PIB e Índice geral de preços – IPCA Longo Prazo. O custo foi projetado a partir do último custo realizado adicionado da inflação esperada ao longo do tempo. A parcela do custo que é variabilizada foi ainda escalada conforme o crescimento de vidas. Além disso, a projeção do custo incorporou o resultado esperado de projetos de sinergia já em andamento de empresas adquiridas. Em relação às comissões, a projeção considerou a manutenção do percentual sobre receita líquida realizado por empresa/carteira.

### ***Gastos subsequentes***

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

### ***Amortização***

A amortização do ativo intangível é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é reconhecida no resultado.

## **(e) Benefícios a empregados**

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas pelo montante do pagamento esperado caso a Operadora tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

## **(f) Provisões**

Uma provisão é reconhecida quando: a Operadora tiver uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um evento passado; for provável que será necessária uma saída de recurso que incorpora benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e puder ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

### ***Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas***

São constituídos levando-se em conta: a opinião dos assessores jurídicos e a avaliação da Administração sobre a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores da mesma complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, porém são divulgados em notas explicativas quando relevantes, os classificados como remotos não são reconhecidos nem divulgados.

### *Provisões técnicas de operações de assistência à saúde*

A Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA) é calculada atuarialmente a partir da estimativa dos sinistros já ocorridos e ainda não avisados, com base em triângulos de run-off mensais, que consideram o desenvolvimento histórico dos sinistros avisados nos últimos 12 meses, dos futuros pagamentos de eventos relacionados com ocorrências anteriores à data-base de cálculo, para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência.

A provisão de eventos a liquidar (PEL) é constituída com base nos avisos de sinistros recebidos até a data do balanço, incluindo os sinistros judiciais e custos relacionados atualizados monetariamente, conforme estiver definido nos contratos com prestadores.

A Provisão para Prêmios ou Contraprestações Não Ganhas (PPCNG) é calculada *pro rata* dia, com base nos prêmios dos planos de saúde, representando o valor cobrado pela Operadora, proporcional aos dias ainda não transcorridos dentro do próprio mês em que a vigência de cobertura do risco foi iniciada em benefício do cliente.

### **(g) Receita com operações de assistência à saúde**

Relacionadas com planos de saúde da operadora

As receitas com serviços prestados englobam as contraprestações provenientes das operações com planos de assistência à saúde. Essas receitas são reconhecidas na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados e quando possa ser mensurada de forma confiável. As receitas com contraprestações são apropriadas considerando-se o período de cobertura do risco, *pro rata* dia, quando se tratar de contratos com preços preestabelecidos.

Não relacionadas com planos de saúde da operadora

Nos contratos em que há prestação de serviço não relacionados a planos de saúde, a apropriação da receita é registrada na data em que se fizerem presentes os fatos geradores da receita, de acordo com as disposições contratuais, e mensurada a valor justo da contraprestação deduzida de quaisquer descontos comerciais e/ou bonificações concedidos pela entidade ao contratante.

### **(h) Receitas financeiras e despesas financeiras**

As receitas financeiras compreendem receitas de rendimentos de aplicações, variações positivas do valor justo de ativos financeiros mensurados por seu valor justo por meio do resultado, atualizações financeiras sobre títulos liquidados em atrasos pelos clientes e outras atualizações monetárias ativas. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras compreendem principalmente despesas bancárias, atualização monetária de passivos mensurados ao custo amortizado, e descontos concedidos ao cliente em negociações eventuais para recebimentos de títulos em atraso.

### **(i) Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 anual para imposto de renda, e na alíquota de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A despesa com imposto de renda e a contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

*i. Impostos correntes*

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

*ii. Impostos diferidos*

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja provável.

## **5 Novas normas e interpretações ainda não adotadas**

As seguintes normas e interpretações de normas foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis/CPC, mas não foram aprovadas pela ANS e/ou não estão em vigor para o exercício de 2020. A Operadora não adotou essas novas normas e interpretações nessas demonstrações financeiras e avaliará os impactos de suas adoções somente se a ANS aprovar as suas aplicações para as entidades reguladas. São elas:

### ***CPC 06 (R2) - Leases (Arrendamentos)***

A CPC 06 (R2) substitui às orientações existentes na IAS 17 e correspondentes interpretações e estabelece princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial. A norma inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários, sendo:

- (a) Arrendamentos de ativos de “baixo valor” (por exemplo, computadores pessoais e móveis de escritório).
- (b) Arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos).

Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem

reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo: uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhecerá o valor de reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste ao ativo de direito de uso.

De acordo com a IAS 17, todos os pagamentos de arrendamentos operacionais são apresentados como parte dos fluxos de caixa de atividades operacionais. O impacto das mudanças de acordo com a CPC 06 (R2) seria a redução do caixa gerado pelas atividades operacionais e o aumento do caixa líquido usado nas atividades de financiamento pelo mesmo valor.

Não há alteração substancial na contabilização dos arrendadores com base na CPC 06 (R2) em relação à contabilização atual de acordo com a IAS 17. Os arrendadores continuarão a classificar todos os arrendamentos de acordo com o mesmo princípio de classificação da IAS 17, distinguindo entre dois tipos de arrendamento: operacionais e financeiros.

### ***IFRS 17 (CPC 50) - Contratos de Seguros***

A IFRS 17 (CPC 50) introduz um novo modelo de mensuração para contratos de seguros. Ela estabelece princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguros emitidos. O objetivo da IFRS 17 é assegurar que as entidades ofereçam informação relevante de maneira confiável que represente esses contratos. O padrão será adotado a partir do exercício iniciado em ou após 1º de janeiro de 2023.

A Administração do Grupo Hapvida está em fase de análise dos impactos da adoção da IFRS 17 nas operadoras de Saúde do Grupo.

### ***CPC 48 – Instrumentos financeiros***

Em vigor pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis desde 1º de janeiro de 2018, apresenta novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. O CPC 48 – Instrumentos Financeiros não foi aprovado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), portanto a Operadora continua aplicando o IAS 39/CPC 38.

### ***Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro – ICPC 22 (IFRIC 23)***

A nova interpretação, em vigor a partir de 01 de janeiro de 2019, esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do IAS 12 –Income Taxes, quando os tratamentos fiscais são incertos, em virtude de quaisquer procedimentos fiscais adotados na apuração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) ou da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) que possam ser questionados por autoridade fiscal e, conseqüentemente, implicar aumento ou diminuição de ativos, passivos fiscais correntes e diferidos

A Operadora avaliou a probabilidade de aceitação das autoridades fiscais em relação ao tratamento fiscal de tributos sobre o lucro considerados como incertos e concluiu que não há

impactos do IFRIC 23, dado que os procedimentos adotados para apuração e reconhecimento dos tributos sobre o lucro refletem a aplicação das normas tributárias, bem como uma interpretação adequada considerando decisões e precedentes administrativos e judiciais.

Outras normas e interpretações se aplicam pela primeira vez em 2020, mas não apresentam, no entanto, impactos nas demonstrações financeiras da Operadora. A Operadora decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não vigentes.

### **Resolução Normativa (RN) n° 442/2018**

Esta Resolução altera a RN n° 393/2015, que dispõe sobre critérios de constituição de Provisões Técnicas a ser observadas pelas operadoras de planos privados de assistência à saúde, a partir das demonstrações financeiras do exercício de 2021, principalmente pela:

- i) Constituição de Provisão para Eventos/Sinistros Ocorridos e Não Avisados ocorridos no SUS - PEONA SUS. Em 31 de dezembro de 2020, a informação oficial disponibilizada pela ANS em seu portal oficial na internet não indicava saldos desta provisão a reconhecer na Operadora.
- ii) Constituição da Provisão para Insuficiência de Contraprestações/Prêmio (PIC). A Companhia não identificou insuficiência que leve a necessidade de constituição de provisão.

## **6 Aplicações financeiras**

|   | <b>Vencimento</b> | <b>Remuneração média</b> | <b>2020</b>   | <b>2019</b>   |
|---|-------------------|--------------------------|---------------|---------------|
| Certificados de Depósitos Bancários (a)                         | 03/2021 a 11/2025 | 98,67% CDI               | 38.131        | 21.774        |
| Fundo de investimento de renda fixa - Aplicações vinculadas (b) | Sem vencimento    | 105,63% CDI              | 4.551         | 4.558         |
| Fundos de investimento - Aplicações livres (c)                  | Sem vencimento    | 113,41% a 145,38% CDI    | 20.033        | 6.728         |
| Operação compromissada  | -                 | -                        | -             | 85            |
| <b>Total</b>  |                   |                          | <b>62.715</b> | <b>33.145</b> |
| Circulante  |                   |                          | 61.325        | 33.145        |
| Não circulante  |                   |                          | 1.390         | -             |

- (a) Aplicações financeiras não vinculadas às provisões técnicas, representadas por Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) são remunerados à taxa média mensal de 98,67% do CDI (65% a 101,2% em 31 de dezembro de 2019) com vencimentos entre março de 2021 e novembro de 2025.
- (b) Fundo de investimento de renda fixa - Ativos Garantidores são utilizados para lastrear as provisões técnicas da operadora de assistência à saúde, conforme detalhado na Nota Explicativa n° 10. Seus rendimentos foram remunerados à taxa média mensal de 105,63% do CDI (98,83% 31 de dezembro de 2019).
- (c) Composto por duas modalidades de fundos, conforme segue:
  1. Fundos de investimento de renda fixa não exclusivos, os quais possuem a maioria de seus investimentos em títulos públicos, com rentabilidade média mensal de 113,41% do CDI (101,36% do CDI em 2019). A participação nos referidos fundos não possui vencimento definido.

2. Fundos de investimento exclusivo no Banco Santander e Itaú. Esse fundo aplica seus recursos em cotas de outros fundos administrados pelos bancos gestores. As políticas de investimentos dos fundos exclusivos determinam a concentração dos recursos em ativos financeiros com baixo risco de crédito (classificação ANBIMA). A rentabilidade média desses fundos ao longo do ano variou entre 145,38% do CDI. (103% do CDI em 2019).

## 7 Créditos de operações com planos de assistência à saúde

O saldo desse grupo de contas refere-se a valores a receber dos conveniados dos planos de saúde da Operadora, conforme segue:

|  | 2020            | 2019            |
|--|-----------------|-----------------|
| <b>Planos médico-hospitalares</b>      |                 |                 |
| Planos coletivos (a)                   | 8.029           | 8.083           |
| Planos individuais (b)                 | 12.459          | 9.022           |
|  | <u>20.848</u>   | <u>17.105</u>   |
| (-) Provisão para perdas sobre crédito | <u>(15.928)</u> | <u>(11.921)</u> |
| Total                                  | <u>4.560</u>    | <u>5.184</u>    |

(a) Planos de saúde com cobertura médico-hospitalar contratados por pessoas jurídicas.

(b) Planos de saúde com cobertura médico-hospitalar contratados por pessoas físicas.

A composição dos valores a receber por idade de vencimento é conforme segue:

|                  | 2020          | 2019          |
|------------------|---------------|---------------|
| A vencer         | 4.000         | 2.958         |
| Vencidos         |               |               |
| Até 30 dias      | 1.033         | 2.207         |
| De 31 a 90 dias  | 1.297         | 1.376         |
| Acima de 90 dias | <u>14.158</u> | <u>10.564</u> |
| Total            | <u>20.848</u> | <u>17.105</u> |

A movimentação da provisão para perda no valor recuperável das contas a receber foi como segue:

|                               | 2020            | 2019            |
|-------------------------------|-----------------|-----------------|
| Saldos no início do exercício | (11.921)        | (6.365)         |
| Constituições líquidas        | (4.142)         | (5.696)         |
| Reversões e baixas, líquidas  | <u>135</u>      | <u>140</u>      |
| Saldos no final do exercício  | <u>(15.928)</u> | <u>(11.921)</u> |

## 8 Intangível

|                      | Taxa anual de amortização | Custo         | Amortização acumulada | Líquido 31/12/2020 | Líquido 31/12/2019 |
|----------------------|---------------------------|---------------|-----------------------|--------------------|--------------------|
| Carteira de clientes | 10%                       | 20.860        | (4.578)               | 16.282             | 18.369             |
| Softwares            | 20%                       | 379           | (154)                 | 225                | 282                |
| Total                |                           | <u>21.239</u> | <u>(4.732)</u>        | <u>16.507</u>      | <u>18.651</u>      |

A seguir, demonstramos a movimentação do intangível do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

|                      | 31/12/2019    | Adições  | Amortização    | 31/12/2020    |
|----------------------|---------------|----------|----------------|---------------|
| Carteira de clientes | 18.369        | -        | (2.087)        | 16.282        |
| Softwares            | 282           | -        | (57)           | 225           |
| Total                | <u>18.651</u> | <u>-</u> | <u>(2.144)</u> | <u>16.507</u> |

|                      | 01/01/2019    | Adições       | Amortização    | 31/12/2019    |
|----------------------|---------------|---------------|----------------|---------------|
| Carteira de clientes | 10.266        | 10.025        | (1.922)        | 18.369        |
| Softwares            | 215           | 102           | (35)           | 282           |
| Total                | <u>10.481</u> | <u>10.127</u> | <u>(1.957)</u> | <u>18.651</u> |

## 9 Transações com partes relacionadas

A Operadora não possuía saldos em aberto com partes relacionadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019. A Operadora manteve transações com a empresa São Francisco Sistemas de Saúde Ltda. referente à prestação de serviço odontológico no valor de R\$ 21.132 em 2020 (R\$ 15.223 em 2019).

## 10 Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

|  | 2020         | 2019         |
|--|--------------|--------------|
| Provisão de Prêmios e Contraprestação Não Ganha - PPCNG (a)  | 1.925        | 1.595        |
| Provisão para eventos a liquidar para outros prestadores (b) | 631          | 59           |
| Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados - PEONA (c)     | <u>1.715</u> | <u>3.552</u> |
| Total  | <u>4.271</u> | <u>5.206</u> |

- (a) A PPCNG caracteriza-se pelo registro contábil do valor cobrado pelas operadoras para cobertura de risco contratual proporcional aos dias ainda não transcorridos dentro do período de cobertura mensal para apropriação como receita somente no período subsequente, quando a vigência for efetivamente incorrida.

- (b) Provisão para garantia de eventos já ocorridos e avisados à Operadora, registrados contabilmente e ainda não pagos. O registro contábil é realizado pelo valor integral informado pelo prestador ou beneficiário no momento da apresentação da cobrança à Empresa, sendo posteriormente ajustado por glosas e descontos após análise dos colaboradores da Operadora (médicos auditores).
- (c) Provisão para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido informados à Operadora antes do encerramento do período, a qual foi constituída com base em metodologia atuarial. Os cálculos foram obtidos com base em triângulos de run-off que consideram o desenvolvimento histórico dos eventos pagos nos últimos 12 meses para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência.

### Movimentação das provisões técnicas

|                             | PPCNG        | Eventos a liquidar | PEONA        | Total        |
|-----------------------------|--------------|--------------------|--------------|--------------|
| <b>Saldos em 01/01/2019</b> | <b>179</b>   | <b>1.415</b>       | <b>4.252</b> | <b>5.846</b> |
| Constituições               | 131.918      | 59.593             | -            | 191.511      |
| Reversões/apropriações      | (130.502)    | -                  | (700)        | (131.202)    |
| Pagamentos                  | -            | (60.949)           | -            | (60.949)     |
| <b>Saldos em 31/12/2019</b> | <b>1.595</b> | <b>59</b>          | <b>3.552</b> | <b>5.206</b> |
| Constituições               | 142.963      | 53.062             | -            | 196.025      |
| Reversões/apropriações      | (142.633)    | -                  | (1.837)      | (144.470)    |
| Pagamentos                  | -            | (52.409)           | -            | (52.490)     |
| <b>Saldos em 31/12/2020</b> | <b>1.925</b> | <b>631</b>         | <b>1.715</b> | <b>4.271</b> |

As provisões técnicas representam o cálculo dos riscos esperados inerentes às operações de assistência à saúde estabelecidas pela RN ANS n° 393/15 e alterações ou complementações posteriores, descritas a seguir:

- **Patrimônio mínimo ajustado e margem de solvência:** para operar no mercado de planos de saúde regulado pela ANS, a operadora de planos de saúde deve manter o patrimônio líquido ajustado para fins econômicos, conforme estabelecido pela ANS. O patrimônio líquido ajustado é calculado como o patrimônio líquido menos ativos intangíveis não circulantes, créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais, despesas de vendas diferidas e despesas antecipadas. Mensalmente, a Empresa determina o patrimônio líquido ajustado e avalia a suficiência da margem de solvência, de acordo com a regulamentação da ANS.

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a Operadora atingiu suficiência do referido indicador, apurado conforme requerimentos da norma acima mencionada.

|                                  | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
|----------------------------------|------------|------------|
| Patrimônio Mínimo Ajustado (PMA) | 58.766     | 24.528     |
| Margem de Solvência exigida (MS) | 24.327     | 20.332     |
| Suficiência apurada              | 34.439     | 4.195      |

- **Ativos garantidores:** de acordo com as regras estabelecidas pela RN ANS n° 419/16 e alterações posteriores, as operadoras de planos de saúde e odontológicos devem possuir ativos garantidores suficientes para cobrir a totalidade das provisões técnicas reconhecidas na data do

balanço e deduzidas da PPCNG e da parcela dos eventos a liquidar referente às cobranças apresentadas pelos prestadores nos últimos 30 dias.

A Operadora atingiu suficiência desse requisito em todos os períodos apresentados, conforme apresentado na tabela comparativa a seguir:

|   | 31/12/2020          | 31/12/2019        |
|---|---------------------|-------------------|
| Ativos garantidores vinculados exigidos (i)                 | 2.076               | 3.610             |
| Ativos garantidores vinculados efetivos (veja a Nota 5 - c) | <u>4.551</u>        | <u>4.558</u>      |
| Cálculo de suficiência                                      | <u><u>2.475</u></u> | <u><u>948</u></u> |

- (i) Correspondente ao valor das provisões técnicas para as quais é exigida cobertura de ativos garantidores, nos termos da legislação vigente.

### Teste de adequação de passivos

A Operadora emite contratos de assistência odontológica nos quais assumem riscos de seguro, os quais incluem a frequência de utilização e flutuação dos custos.

A Operadora elaborou o Teste de Adequação de Passivos (TAP) para todos os contratos que atendem à definição de um contrato de seguro e que estão vigentes na data de execução do teste. Este teste é elaborado anualmente, considerando estimativas correntes de fluxos de caixa futuro, utilizando a data base referência de clientes ativos, sem novos entrantes. A metodologia projeta entradas e saídas de recursos financeiros, considerando os reajustes técnicos e financeiros, alteração de valor por mudança de faixa etária, variação nos custos assistenciais, despesas administrativas e comerciais, retornos dos investimentos e valor do dinheiro no tempo utilizando a taxa de desconto Estruturas a Termo das Taxas de Juros livres de risco (ETTJ).

Os agrupamentos realizados no TAP, foram planos individuais, coletivos empresariais, coletivos por adesão e corresponsabilidade assumida. Os testes apresentaram resultados positivos, mostrando viabilidade das carteiras a longo prazo.

## 11 Débitos diversos

|   | 2020                | 2019                 |
|---|---------------------|----------------------|
| Fornecedores de bens e serviços             | 264                 | 803                  |
| Aquisição de carteira de clientes           | 1                   | 1.138                |
| Taxa de saúde suplementar                   | 2.917               | 2.089                |
| Obrigações com pessoal                      | 749                 | 1.436                |
| Adiantamentos de clientes                   | 677                 | 1.024                |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | -                   | 3.000                |
| Outros débitos                              | 93                  | 755                  |
| Total                                       | <u><u>4.701</u></u> | <u><u>10.245</u></u> |
| Circulante                                  | 1.764               | 5.114                |
| Não circulante                              | 2.937               | 5.131                |

## 12 Programa de incentivo de executivos

A Operadora aprovou, em 5 de março de 2018, por meio de reunião do Conselho de Administração, um programa de incentivo de longo prazo, oferecido aos seus principais executivos. O referido programa tem por objetivo estimular a melhoria, a expansão, o êxito e a consecução das atividades da Operadora, além de obter um maior alinhamento dos interesses dos administradores, empregados e prestadores de serviços, bem como incentivar a permanência desses executivos na Operadora.

O referido programa previu a premiação em dinheiro dos seus beneficiários com base na valorização de “ações virtuais” (“phantom shares”) da Operadora, correspondendo apenas a um critério de referência. O programa não conferiu aos beneficiários a condição de acionista, bem como não outorgará aos beneficiários quaisquer direitos à aquisição de ações ou quaisquer outros valores mobiliários da Operadora. Dessa forma, a obrigação derivada desse programa de incentivo foi considerada como um passivo financeiro com a sua contrapartida no resultado do exercício.

A quantidade de ações virtuais destinadas a cada beneficiário foi determinada com base em um contrato de adesão ao programa de incentivo de longo prazo para com cada executivo datados de 7 de março de 2018. Existe prazo de carência, representando 20% do total das ações virtuais outorgadas a cada beneficiário a cada ano. No entanto, o encerramento do prazo de carência não implica, automaticamente, no direito de exercer as ações virtuais, estando sempre o direito de exercer condicionado a data do evento de liquidez (oferta pública inicial, transferência de controle ou desinvestimento).

Dessa forma, a obrigação derivada desse programa de incentivo foi reconhecida integralmente nos resultados de 2018 e 2019, considerando as estimativas e julgamentos necessários para a sua quantificação. Em 31 de dezembro de 2019, a provisão para incentivo de longo prazo era de R\$ 615 e foi apresentada no passivo circulante, sendo liquidada em 2020. A partir deste exercício o programa foi extinto, não constando, portanto, mais nenhum passivo registrado.

## 13 Provisões para ações judiciais

A Operadora é parte em processos judiciais e administrativos que tramitam perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões fiscais, trabalhistas, cíveis e contingências com a agência reguladora (ANS).

A Operadora provisiona a totalidade dos processos, judiciais e administrativos, classificados com risco de perda provável, a qual considera suficiente para cobrir eventuais perdas.

|                                       | 2020         | 2019         |
|---------------------------------------|--------------|--------------|
| Provisões para ações tributárias (a)  | 2.591        | 2.560        |
| Provisões para ações cíveis           | 236          | 60           |
| Provisões para ações trabalhistas (b) | 405          | 404          |
| Total                                 | <u>3.232</u> | <u>3.024</u> |

- (a) Principal ação com provisão constituída discute incidência contribuição patronal (20%) ao Instituto Nacional de Seguro Social – INSS sobre o valor de serviços prestados por profissionais autônomos conveniados da Operadora, instituído pelo Artigo 22, III da Lei 8.212/91. A Operadora, em conjunto com outras empresas do setor, iniciou ação judicial requerendo liminar para indeferimento dessa obrigação. O valor de risco desta ação era de R\$ 1.934 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 1.903 em 31 de dezembro de 2019).
- (b) A Operadora está discutindo na justiça ações de natureza trabalhista, relacionadas, substancialmente, ao pleiteio pelo reconhecimento de vínculo empregatício, horas extras, férias, 13º salário, verbas rescisórias e intervalo intrajornada.

A Operadora discute outras ações cíveis, trabalhistas e tributárias para as quais a estimativa dos assessores jurídicos é de perda possível, não constituindo provisão contábil, em valores estimados de R\$ 2.354 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 818 em 31 de dezembro de 2019).

### ***Depósitos judiciais***

A Operadora possui depósitos judiciais mantidos no ativo nos seguintes montantes:

|                                  | <b>2020</b>  | <b>2019</b>  |
|----------------------------------|--------------|--------------|
| Depósitos judiciais tributários  | 1.980        | 1.904        |
| Depósitos judiciais cíveis       | 9            | 46           |
| Depósitos judiciais trabalhistas | 39           | 52           |
|                                  | <hr/>        | <hr/>        |
| Total                            | <u>2.028</u> | <u>2.002</u> |

## **14 Patrimônio líquido**

### **a. Capital social**

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social da Operadora é composto por 41.983 cotas no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, totalizando o montante de R\$ 41.983 (38.983 cotas em 2019, no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, totalizando o montante de R\$ 38.983), totalmente subscrito e integralizado.

Durante o exercício, em reunião de sócios foi deliberada a integralização de 3.000 cotas no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma com crédito de adiantamento para futuro aumento de capital, o qual estava reconhecido em 31 de dezembro de 2019, conforme demonstrado na nota explicativa nº 11, totalizando um aumento de capital de R\$ 3.000.

### **b. Reserva de lucros**

Registra a retenção acumulada de lucros para futura utilização, conforme decisão dos cotistas. Em 31 de dezembro de 2020, a reserva de lucros foi constituída no montante de R\$ 31.522 referente ao lucro do exercício corrente (R\$ 3.092 em 31 de dezembro de 2019), totalizando o valor de R\$ 37.749 (R\$ 6.227 em 31 de dezembro de 2019) de reserva de lucro.

## 15 Contraprestações efetivas

|   | 2020           | 2019<br>Reapresentado |
|---|----------------|-----------------------|
| Contraprestações líquidas   | 142.634        | 130.502               |
| Individual  | 24.869         | 20.239                |
| Coletivo  | 117.765        | 110.263               |
| (-) Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde | (6.509)        | (5.427)               |
|   | <u>136.124</u> | <u>125.075</u>        |

## 16 Eventos indenizáveis líquidos

|                                    | 2020            | 2019            |
|------------------------------------|-----------------|-----------------|
| Eventos conhecidos ou avisados     | (55.081)        | (62.361)        |
| (-) Recuperação por coparticipação | 2.019           | 2.768           |
| Subtotal                           | <u>(53.062)</u> | <u>(59.593)</u> |
| <br>                               |                 |                 |
| Variação da PEONA                  | <u>1.837</u>    | <u>700</u>      |
|                                    | <u>(51.225)</u> | <u>(59.893)</u> |

## 17 Receitas e despesas de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora

Valor refere-se substancialmente a receitas e despesas relacionadas a contrato de prestação de serviço para cliente pessoa jurídica, através do qual a rede credenciada contratada da Operadora é disponibilizada para atendimento odontológico aos colaboradores da contratante. Dessa forma, é ofertado ao cliente toda a estrutura de gestão necessária à prestação do serviço, a partir da expertise administrativa da Operadora em contrapartida à contraprestação conforme as condições acordadas entre as partes.

## 18 Despesas comerciais

Despesas relativas aos comissionamentos apurados sobre comercialização de planos odontológicos e a permanência dos beneficiários na carteira de clientes, as quais são reconhecidas sempre que atendidos os critérios acordados com os parceiros que comercializam os planos da Operadora para que seja devida a cobrança. Essas despesas representaram o montante de R\$ 19.114 em 2020 (R\$ 23.502 em 2019).

## 19 Despesas administrativas

|   | 2020            | 2019<br>Reapresentado |
|---|-----------------|-----------------------|
| Despesa com pessoal próprio             | (8.738)         | (11.334)              |
| Despesa com serviços de terceiros       | (1.395)         | (13.488)              |
| Despesa com localização e funcionamento | (4.360)         | (6.001)               |
| Despesa com publicidade e propaganda    | (110)           | (1.094)               |
| Despesas com tributos                   | (888)           | (758)                 |
| Despesas judiciais                      | (208)           | (3)                   |
| Despesas diversas                       | (215)           | (6.358)               |
|   | <u>(15.914)</u> | <u>(39.036)</u>       |

Redução da despesa em 2020 principalmente em função do reconhecimento de R\$ 10.388 em 2019 do programa de incentivo de executivos, conforme explicado na nota explicativa nº 12 e da realização de sinergias capturadas pela Operadora após a assunção do controle societário pelo Grupo Hapvida, ocorrida nos últimos meses de 2019, através da integração de processos e sistemas com as estruturas da entidade controladora.

## 20 Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

### a. Conciliação da alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado

|  | 2020   |        | 2019    |               |
|--|--------|--------|---------|---------------|
|  |        |        |         | Reapresentado |
| Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social        |        | 48.305 |         | 3.676         |
| IRPJ, acrescido do adicional de alíquota                                 |        | 25%    |         | 25%           |
| CSLL   |        | 9%     |         | 9%            |
| Despesa com imposto de renda e contribuição social pela alíquota oficial | 34,00% | 16.424 | 34,00%  | 1.250         |
| Equivalência patrimonial   | -0,74% | (358)  | -6,83%  | (251)         |
| Outras adições e exclusões   | 1,48%  | 717    | -11,26% | (414)         |
|  | 34,74% | 16.783 | 15,91%  | 585           |
| Imposto de renda e contribuição social corrente                          | 34,07% | 16.458 | 50,42%  | 1.854         |
| Imposto de renda e contribuição social diferido                          | 0,67%  | 325    | -34,51% | (1.269)       |
| Despesa com imposto de renda e contribuição social                       | 34,74% | 16.783 | 15,91%  | 585           |

### b. Imposto de renda e contribuição social diferidos

|   | Saldo em<br>01/01/2019 | Reconhecimento<br>no resultado | Saldo em<br>31/12/2019 | Reconhecimento<br>no resultado | Saldo em<br>31/12/2020 |
|---|------------------------|--------------------------------|------------------------|--------------------------------|------------------------|
| Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas | 630                    | 272                            | 902                    | 71                             | 973                    |
| Provisão para perdas sobre créditos                 | -                      | 1.188                          | 1.188                  | (469)                          | 719                    |
| Provisões regulatórias                              | 456                    | 254                            | 710                    | 282                            | 992                    |
| Provisão para programa de incentivo de executivos   | 653                    | (444)                          | 209                    | (209)                          | -                      |
| <b>Total</b>  | <b>1.739</b>           | <b>1.270</b>                   | <b>3.009</b>           | <b>(325)</b>                   | <b>2.684</b>           |

## 21 Instrumentos financeiros

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a Operadora não efetuou transferências entre ativos financeiros, bem como não houve transferências entre níveis hierárquicos.

As aplicações financeiras da Operadora estão detalhadas na Nota Explicativa nº 6 e são majoritariamente mantidos para negociação, sendo classificadas de acordo com o nível 2 - Preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos.

Os principais instrumentos financeiros da Operadora são apresentados na tabela a seguir e apresentam os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

|  | 2020                     |                                   |                          |               |             |               |          |               |
|--|--------------------------|-----------------------------------|--------------------------|---------------|-------------|---------------|----------|---------------|
|  | Valor contábil           |                                   |                          |               | Valor justo |               |          |               |
|  | Mantido até o vencimento | Valor justo por meio do resultado | Empréstimos e recebíveis | Total         | Nível 1     | Nível 2       | Nível 3  | Total         |
| Aplicações financeiras                 | 38.131                   | 24.584                            | -                        | 62.715        |             | 24.584        |          | 24.584        |
| Contraprestações pecuniárias a receber | -                        | -                                 | 4.560                    | 4.560         | -           | -             | -        | -             |
| <b>Total</b>                           | <b>38.131</b>            | <b>24.584</b>                     | <b>4.560</b>             | <b>67.275</b> | <b>-</b>    | <b>24.584</b> | <b>-</b> | <b>24.584</b> |

|  | 2019                     |                                   |                          |               |             |               |          |               |
|--|--------------------------|-----------------------------------|--------------------------|---------------|-------------|---------------|----------|---------------|
|  | Valor contábil           |                                   |                          |               | Valor justo |               |          |               |
|  | Mantido até o vencimento | Valor justo por meio do resultado | Empréstimos e recebíveis | Total         | Nível 1     | Nível 2       | Nível 3  | Total         |
| Aplicações financeiras                 | 21.774                   | 11.371                            | -                        | 33.145        |             | 11.371        |          | 11.371        |
| Contraprestações pecuniárias a receber | -                        | -                                 | 5.353                    | 5.353         | -           | -             | -        | -             |
| <b>Total</b>                           | <b>21.774</b>            | <b>11.371</b>                     | <b>5.353</b>             | <b>38.498</b> | <b>-</b>    | <b>11.371</b> | <b>-</b> | <b>11.371</b> |

#### *Instrumentos financeiros derivativos*

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Operadora não possui transações e saldos ativos ou passivos decorrentes de operações realizadas com instrumentos financeiros derivativos.

#### **(b) Mensuração do valor justo**

##### *Técnicas de avaliação e inputs significativos não observáveis*

Na nota explicativa nº 2 apresentamos as técnicas de valorização utilizadas na mensuração dos valores justos de Nível 2 para instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo no balanço patrimonial, assim como os inputs não observáveis significativos utilizados. Os fundos de investimentos são mensurados a partir dos valores das cotas divulgadas pelas instituições financeiras.

## (b) Gerenciamento de risco

### *Risco de mercado*

A Operadora possui uma política formalizada para realizar investimentos e para utilizar instrumentos financeiros em suas atividades, alinhado com a política do Grupo Hapvida.

A política de investimentos possui as seguintes premissas: (i) investir a integralidade dos investimentos no segmento de renda fixa e de baixo risco; (ii) investir a maioria dos recursos em ativos de liquidez imediata e uma menor parte com carência de até 90 dias, montante embasado pelas expectativas de uso dos recursos com crescimento orgânico e aquisições; (iii) investir em instrumentos financeiros com desempenho bruto estimado de 99,5% do CDI; (iv) investir em aplicações em instituições de primeira linha com limite individual de 35%, e até 10% em instituições financeiras de primeira linha, com limite individual de 35% e até 10% em instituições de segunda linha, com limite individual de 5%; (v) atender integralmente às normativas da ANS; e (vi) realizar a manutenção da maior parte dos investimentos até o vencimento.

Periodicamente, a área Financeira consolida indicadores e relatórios de gestão dos investimentos e dos instrumentos financeiros em uma análise detalhada da distribuição, riscos, vencimentos, rendimentos, desempenhos e resultados, abordando os aspectos mais relevantes do ambiente macroeconômico e garantindo alinhamento à política de investimentos em instrumentos financeiros.

### Análise de sensibilidade

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e suas controladas possuem a seguinte sensibilidade de seus ativos e passivos financeiros com base na variação da taxa básica de juros da economia (CDI), cujos impactos estão projetados nos cenários abaixo. A Companhia considera o CDI divulgado em 31 de dezembro de 2020 (1,90%) como cenário provável.

|   | Saldo em<br>31/12/2020 | Risco    | Cenário<br>-50%<br>(0,95%) | Cenário<br>-25%<br>(1,43%) | Cenário<br>Provável<br>(1,90%) | Cenário<br>+25%<br>(2,38%) | Cenário<br>+50%<br>(2,85%) |
|---|------------------------|----------|----------------------------|----------------------------|--------------------------------|----------------------------|----------------------------|
| <b>Aplicações financeiras</b>                   |                        |          |                            |                            |                                |                            |                            |
| Saldo de aplicações financeiras<br>(vinculadas) | 4.551                  | 100% CDI | 43                         | 65                         | 86                             | 108                        | 130                        |
| Saldo de aplicações financeiras<br>(livres)     | 58.164                 | 100% CDI | 553                        | 829                        | 1.105                          | 1.381                      | 1.658                      |

### *Risco operacional*

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A atividade de monitoramento e gerenciamento de risco operacional tem o objetivo de mitigar a materialização de riscos que possam resultar em prejuízos à qualidade das operações durante a disponibilização da cobertura contratada e/ou a prestação de serviços. A identificação dos riscos operacionais e controles a eles associados é realizada através do mapeamento dos fluxos organizacionais, de modo que, quando identificados, procede-se à quantificação dos impactos de tais riscos, considerando o padrão esperado quanto à sua frequência e gravidade por meio de metodologias específicas aplicáveis a cada risco avaliado.

Cabe ressaltar que ações mitigatórias são relevantes para propiciar um ambiente com maior estabilidade e controle, na medida em que tem propósito efetivamente preventivo. Nesse sentido, a implantação de protocolos de procedimentos que orientam a atuação dos profissionais que atuam na operação dá uma relevante contribuição para que os serviços sejam executados dentro dos padrões técnicos e de segurança estabelecidos pelas áreas responsáveis pela elaboração dos manuais. Adicionalmente, existem áreas de controle com funcionamento 24h que monitoram em tempo real os principais indicadores de atendimento ao usuário nas unidades de rede própria a Operadora. Ambas as ferramentas são importantes instrumentos para identificação de situações fora do padrão esperado, permitindo uma atuação ágil e eficaz da administração antes que ocorram desdobramentos com impactos na operação.

### ***Risco de subscrição***

#### Política de precificação

Empresas que operam negócios de planos de saúde e odontológicos estão expostas a riscos relacionados à volatilidade dos custos. Planos odontológicos são menos sensíveis devido à menor frequência de uso e menor complexidade dos tratamentos.

Quando a Operadora desenvolve um novo produto, ela analisa diversas variáveis para definir o preço desse produto, como a localização de venda, o perfil de frequência dos beneficiários para aquela área com base em dados históricos, e os custos dos principais *inputs* da área na qual o produto será vendido (médicos, profissionais de saúde, preço de mercado dos principais procedimentos). Com base nessas análises, a Operadora determina o preço de seus produtos.

Cada Operadora de médio e grande porte possui sua taxa de sinistralidade anualmente calculada quando está negociando os reajustes de preço (clientes individuais são regulados pela ANS).

Com base nos resultados históricos de cada cliente, e com base nas expectativas de custo relacionadas a esses clientes, o aumento de preço desse contrato é determinado. Essa prática mitiga o risco de o cliente trazer perdas constantes para a Operadora.

Em relação aos clientes individuais, o preço dos produtos considera um valor adicional porque esse tipo de cliente historicamente tem maior uso da rede de serviços.

#### Análise de sensibilidade

Uma das formas de mensurar possíveis impactos nos resultados e patrimônio líquido, decorrentes dos riscos de subscrição, é sensibilizar as variáveis que possam ser afetadas devido ao processo de subscrição dos produtos ou inadequação de preços.

As análises de sensibilidade a seguir, simulam os possíveis impactos no resultado e no patrimônio líquido, de alterações em parâmetros operacionais antes e depois da contratação:

|   | <u>Efeito no resultado<br/>antes dos impostos</u> | <u>Efeito no resultado<br/>após impostos e<br/>impacto no PL</u> |
|---|---|--|
| Aumento de 5% nos eventos indenizáveis                  | (2.561)   | (1.690)  |
| Aumento de 5% nas despesas comerciais e administrativas | (1.751)   | (1.156)  |
| Redução de 5% nos eventos indenizáveis                  | 2.561   | 1.690  |
| Redução de 5% nas despesas comerciais e administrativas | 1.751   | 1.156  |

### Apuração das provisões técnicas e ativos garantidores

A apuração das provisões técnicas é realizada periodicamente pela equipe atuarial, sendo acompanhada pela equipe de Contabilidade na mensuração da necessidade de ativos garantidores no encerramento de cada trimestre de acordo com os critérios previstos no art. 2º da RN ANS nº 392, para cumprimento obrigatório de exigências do órgão regulador do setor. Adicionalmente, a Operadora avalia, a cada data de balanço, se seu passivo está adequado, utilizando estimativas correntes de fluxos de caixa futuros de seus contratos, realizando os testes de adequação de passivos. Se essa avaliação mostrar que o valor do passivo por contrato está inadequado à luz dos fluxos de caixa futuros estimados, toda a insuficiência de provisão técnica deve ser reconhecida no resultado do período.

### ***Risco de crédito***

Risco de crédito é o risco de a Operadora incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e caixas e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

### Contas a receber

Risco de crédito para a Operadora é considerado como baixo pela Administração, pois suas mensalidades são pagas antes da prestação dos serviços. A maior parte das contas a receber da Operadora é relacionada ao risco do período de cobertura. Além disso, para reduzir o risco de pagar os custos do tratamento sem o recebimento, a Operadora adota a prática do cancelamento dos planos em atraso conforme regulamentado pela ANS para a operadora de planos de saúde.

A Operadora estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável que representa sua estimativa de perdas incorridas em relação a contas a receber e outras contas a receber. A conta de provisões relacionadas a contas a receber é utilizada para registrar perdas por redução no valor recuperável, a menos que a Operadora avalie não ser possível recuperar o montante devido.

De uma forma geral, a Operadora mitiga seus riscos de créditos pela prestação de serviços a uma base de clientes muito dispersa e sem concentração definida. Para os clientes inadimplentes, a Operadora cancela os planos de acordo com as regras da ANS.

### Aplicações financeiras

Em relação aos riscos de crédito relacionados às aplicações financeiras, segue quadro com informação quantitativa da exposição máxima ao risco com as informações sobre os *ratings* das instituições financeiras contrapartes das aplicações da Empresa:

|                          | 31/12/2020    | 31/12/2019    | Ratings das instituições financeiras |     |           |        |        |       |
|--------------------------|---------------|---------------|--------------------------------------|-----|-----------|--------|--------|-------|
|                          |               |               | Fitch1                               |     | Moody's 1 |        | S&P 2  |       |
|                          |               |               | CP                                   | LP  | CP        | LP     | CP     | LP    |
| Banco Santander S.A.     | 22.597        | 3.786         | N/A                                  | N/A | Br-1      | Aaa.br | brA-1+ | brAAA |
| Caixa Econômica Federal  | 321           | 312           | F1+                                  | AA  | BR-1      | Aa1.br | brA-1+ | brAAA |
| Banco Bradesco S.A.      | 373           | -             | F1+                                  | AAA | BR-1      | Aaa.br | brA-1+ | brAAA |
| Banco do Brasil S.A.     | 3.747         | -             | F1+                                  | AA  | BR-1      | Aa1.br | N/A    | N/A   |
| Banco Itaú Unibanco S.A. | 31.126        | 24.489        | F1+                                  | AAA | BR-1      | Aaa.br | brA-1+ | brAAA |
| Outros                   | 4.551         | 4.558         |                                      |     |           |        |        |       |
| <b>Total</b>             | <b>62.715</b> | <b>33.145</b> |                                      |     |           |        |        |       |

1. Última divulgação de cada instituição financeira. Escala Nacional.
2. *Ratings* de várias entidades financeiras brasileiras revisados após ação nos *ratings* soberanos; publicado em 21 de janeiro de 2021.

### Disponível

A Operadora detinha disponível de R\$ 466 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 702 em 31 de dezembro de 2019). O disponível é mantido em bancos e instituições financeiras que possuem *rating* entre AA e AA+, conforme lista divulgada pela Fitch.

### ***Risco de liquidez***

Risco de liquidez é o risco de que a Operadora encontre dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Operadora na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Operadora.

A Operadora utiliza o controle da sinistralidade baseado em atividades para precificar seus produtos e serviços, que auxilia no monitoramento de exigências de fluxo de caixa e na otimização de seu retorno de caixa em investimentos. A Operadora busca manter o nível de seu caixa e equivalentes de caixa e outros investimentos altamente negociáveis a um montante em excesso as saídas de caixa sobre instrumentos financeiros (outras contas a pagar com fornecedores). A Operadora monitora também o nível esperado de entradas por fluxos de caixa sobre contas a receber de clientes e outros recebíveis com as saídas esperadas por contas a pagar com fornecedores e outras contas a pagar.

As principais fontes de recursos financeiros utilizados pela Operadora residem no próprio volume de recursos advindos da comercialização de seus produtos. Somam-se a esse montante os rendimentos de aplicações advindas das disponibilidades de caixa.

A previsão de fluxo de caixa é preparada pela Operadora, em que são monitoradas as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que a Empresa tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração a geração de caixa da Empresa.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira:

|  | <b>31/12/2020</b>     |                                  |                |                |
|--|-----------------------|----------------------------------|----------------|----------------|
|  | <b>Valor contábil</b> | <b>Fluxo de caixa contratual</b> |                |                |
|  |                       | <b>2021</b>                      | <b>2022</b>    | <b>Total</b>   |
| Provisões técnicas de operações de assistência à saúde | (4.271)               | (4.271)                          | -              | (4.271)        |
| Débitos diversos                                       | (4.701)               | (1.764)                          | (2.937)        | (4.701)        |
| <b>Total</b>   | <b>(8.972)</b>        | <b>(6.035)</b>                   | <b>(2.937)</b> | <b>(8.972)</b> |

## 22 Conciliação entre o lucro líquido e o fluxo de caixa das atividades operacionais

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstrações dos fluxos de caixa do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, segue a conciliação entre o lucro líquido e o fluxo de caixa das atividades operacionais:

|   | <b>2020</b>     | <b>2019</b>    |
|---|-----------------|----------------|
| Lucro líquido do exercício                              | 31.522          | 3.092          |
| Depreciação e amortização                               | 2.276           | 2.078          |
| Equivalência patrimonial                                | 358             | 793            |
| Provisões técnicas de operações de assistência a saúde  | (1.837)         | (700)          |
| Provisão para perdas sobre créditos                     | 4.142           | 5.584          |
| Provisão para ações judiciais                           | 208             | 801            |
| Imposto de renda e contribuição social                  | 16.458          | 1.854          |
| Impostos diferidos                                      | 325             | (1.270)        |
|   | <u>21.930</u>   | <u>9.086</u>   |
| <b>Varição de ativos e passivos</b>                     |                 |                |
| Aplicações financeiras vinculadas                       | 7               | 2.665          |
| Aplicações financeiras livres                           | (29.577)        | (6.992)        |
| Créditos de operações com planos de assistência à saúde | (3.349)         | (6.892)        |
| Créditos tributários e previdenciários                  | 222             | (2.383)        |
| Bens e títulos a receber                                | (73)            | 14             |
| Depósitos judiciais e fiscais                           | (26)            | (45)           |
| Provisões técnicas de operações de assistência a saúde  | 902             | 61             |
| Débitos de operações de assistência a saúde             | (379)           | 308            |
| Tributos e encargos sociais a recolher                  | (2.839)         | 1.916          |
| Imposto de renda e contribuição social pagos            | (15.923)        | (2.128)        |
| Débitos diversos  | (1.453)         | 8.371          |
|   | <u>(52.488)</u> | <u>(5.105)</u> |
| <b>Total</b>  | <u>964</u>      | <u>7.073</u>   |

## 23 Cobertura de seguros

A Operadora realiza as contratações de seguros a nível de grupo econômico, que contém sua controladora, suas coligadas e controladas. Até dezembro de 2020, o Grupo renovou os seguros para cobrir riscos declarados no montante prêmio de seguro de R\$ 4.814 com importância segurada no valor de R\$ 1.388.875 que engloba garantias, construção, fornecimento ou prestação de serviço, seguros judiciais (trabalhistas, civis e fiscal), seguro fiança locatícia, seguro predial e frotas.

O Grupo contratou seguro de responsabilidade civil para administradores e diretores com vigência de julho de 2020 a junho de 2021 e limite máximo de garantia de R\$ 50.000. A cobertura compreende danos morais, bens e garantias pessoais, custos emergenciais, entre outros.

A Companhia mantém contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

\* \* \*

Cândido Pinheiro Koren de Lima  
Presidente do Conselho de Administração

Jorge Fontoura Pinheiro Koren de Lima  
Diretor-presidente

Rodrigo Nogueira Silva  
Contador CRC CE-023516/O-3

Rafael Sobral Melo  
Atuário MIBA 1.572